



**University of
Zurich**^{UZH}

**Zurich Open Repository and
Archive**

University of Zurich
University Library
Strickhofstrasse 39
CH-8057 Zurich
www.zora.uzh.ch

Year: 2015

O Projeto Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro: reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade

Castro, Demian Garcia ; Gaffney, Christopher ; Novaes, Patrícia Ramos ; Rodrigues, Juciano Martins ;
Pereira dos Santos, Carolina ; Alves dos Santos Junior, Orlando

Posted at the Zurich Open Repository and Archive, University of Zurich

ZORA URL: <https://doi.org/10.5167/uzh-115002>

Book Section

Published Version

Originally published at:

Castro, Demian Garcia; Gaffney, Christopher; Novaes, Patrícia Ramos; Rodrigues, Juciano Martins; Pereira dos Santos, Carolina; Alves dos Santos Junior, Orlando (2015). O Projeto Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro: reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade. In: Castro, Demian Garcia; Gaffney, Christopher; Novaes, Patrícia Ramos; Rodrigues, Juciano Martins; Pereira dos Santos, Carolina; Alves dos Santos Junior, Orlando. Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Letra Capital Edotora, 11-40.

Demian Garcia Castro, Christopher Gaffney,
Patrícia Ramos Novaes, Juciano Martins Rodrigues,
Carolina Pereira dos Santos
e Orlando Alves dos Santos Junior
(Organizadores)

Rio de Janeiro

OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014
E DAS OLIMPÍADAS 2016

LETRCAPITAL



Observatório
das Metrópoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

Rio de Janeiro
OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014
E DAS OLIMPÍADAS 2016

Demian Garcia Castro, Christopher Gaffney,
Patrícia Ramos Novaes, Juciano Martins Rodrigues,
Carolina Pereira dos Santos e
Orlando Alves dos Santos Junior
(Organizadores)

Rio de Janeiro

OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014
E DAS OLIMPÍADAS 2016

LETRAPITAL



Observatório
das Metrôpoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

Copyright© Demian Garcia Castro, Christopher Gaffney,
Patrícia Ramos Novaes, Juciano Rodrigues, Carolina Pereira dos Santos
e Orlando Alves dos Santos Junior (Orgs.), 2015.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
O livro ou qualquer de suas partes podem ser reproduzida ou transmitida
desde que citadas as fontes.

EDITOR: Ricardo Monteiro

DIAGRAMAÇÃO: Francisco Macedo

CAPA: André Mantelli

REVISÃO: Dos autores

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R452

Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 / organização
Demian Garcia Castro ... [et al.]. - 1º ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
172 p.: il.; 15,5x23 cm.

Inclui Bibliografia e Sumário
ISBN 978-85-7785-374-8

1. Olimpíadas - Planejamento - Aspectos sociais - Rio de Janeiro (RJ). 2. Copa do Mundo
(Futebol) - Planejamento - Aspectos sociais - Rio de Janeiro (RJ). 3. Eventos esportivos -
Planejamento - Aspectos sociais - Rio de Janeiro (RJ). 4. Planejamento urbano - Aspectos
sociais - Rio de Janeiro (RJ). 5. Instalações esportivas. I. Castro, Demian Garcia.

15-22396

CDD: 307.768153

CDU: 316.334.56(815.3)

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ
Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5ª andar - Ilha do Fundão
Cep 21.941-901 - Rio de Janeiro, RJ
Tel/Fax 55-21-3938-1950
www.observatoriodasmetropoles.net

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels: (21) 2224-7071 / 2215-3781
www.letracapital.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	7
--------------------	---

Orlando Alves dos Santos Júnior

Christopher Gaffney

CAPÍTULO I

O Projeto Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro: reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade	11
---	----

Demian Garcia Castro, Christopher Gaffney,

Patrícia Ramos Novaes, Juciano Rodrigues,

Carolina Pereira dos Santos e Orlando Alves dos Santos Junior

CAPÍTULO II

O Projeto Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro: investimentos públicos e participação do setor privado	41
--	----

Orlando Alves dos Santos Junior

Patrícia Ramos Novaes

CAPÍTULO III

Empreendedorismo urbano no contexto dos megaeventos esportivos: impactos no direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro	63
---	----

Demian Garcia Castro

Patrícia Ramos Novaes

CAPÍTULO IV

A questão da mobilidade urbana
na Região Metropolitana do Rio de Janeiro:
reflexões a partir dos projetos de infraestrutura
para os megaeventos esportivos
(Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016)..... 89
Juciano Martins Rodrigues
Jean Legroux

CAPÍTULO V

A construção de equipamentos esportivos voltados
para a elite na cidade do Rio de Janeiro..... 117
Christopher Gaffney

CAPÍTULO VI

Segurança pública e grandes eventos
no Rio de Janeiro 145
Christopher Gaffney

CAPÍTULO I

O Projeto Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro: reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade*

Demian Garcia Castro¹

Christopher Gaffney²

Patrícia Ramos Novaes³

Juciano Rodrigues⁴

Carolina Pereira dos Santos⁵

Orlando Alves dos Santos Junior⁶

Introdução

O argumento deste artigo é que os megaeventos esportivos na Cidade do Rio de Janeiro – Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 – são a expressão de um projeto urbano de reestruturação

* Este artigo já foi publicado anteriormente no livro: “Brasil os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016”, organizado por Orlando Alves dos Santos Junior, Christopher Gaffney e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

¹ Professor de Geografia do Colégio Pedro II, pesquisador do Observatório das Metrôpoles e doutorando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

² Senior Research Affiliate, Department of Geography, University of Zurich

³ Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles e doutoranda em planejamento urbano e regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

⁴ Doutor em Urbanismo, pesquisador do Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ).

⁵ Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles e mestrandia em planejamento urbano e regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

⁶ Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e pesquisador do Observatório das Metrôpoles.

da cidade, e da adoção de um novo padrão de governança empreendedorista neoliberal, sustentada por uma coalizão de interesses econômicos, políticos e sociais. Essas mudanças são legitimadas discursivamente pela realização desses megaeventos e do suposto legado social que os mesmos seriam capazes de proporcionar à cidade. Não por outra razão, a Prefeitura do Rio de Janeiro denomina de Projeto Olímpico ao conjunto de intervenções planejadas para a cidade, incorporando sob esta marca tanto as intervenções vinculadas à Copa do Mundo 2014 como às das Olimpíadas de 2016. Nesse sentido, o artigo se propõe a discutir o significado e os impactos dessas intervenções e do Projeto Olímpico na Cidade do Rio de Janeiro.

De uma forma geral, o projeto urbano de reestruturação na cidade do Rio de Janeiro parece apontar para três direções: o fortalecimento de centralidades já existentes, focado nas intervenções na Zona Sul (área onde habita a maior parte da elite econômica do município); a revitalização de centralidades decadentes, tendo como objeto a área portuária, situada no centro do município; e a criação de uma nova centralidade, notadamente na Barra da Tijuca, através de vultuosos investimentos nesta região da cidade.

Fica evidente que as intervenções vinculadas à preparação da cidade para receber esses dois megaeventos esportivos vem ocorrendo prioritariamente nesses três áreas, Zona Sul, Área Portuária e Barra da Tijuca, tendo como base três políticas centrais: (i) mobilidade urbana, principalmente através da instalação de sistemas de transportes BRT, BRS e VLT, e da linha 4 do metro; (ii) moradia, através de um intenso processo de valorização imobiliária destas mesmas áreas, acompanhada de processos de remoção decorrentes das intervenções do Projeto Olímpico; e (iii) segurança pública, por meio da implantação do programa das Unidades de Polícia Pacificadora, UPPs, concentrado sobretudo na Zona Sul e Zona Norte da cidade.

As intervenções afetam diversas áreas ocupadas por populações de baixa renda, que apresentam como característica uma situação fundiária irregular, e que foram passíveis de serem ocupadas em razão de terem sido relativamente desvalorizadas e desprezadas pelo setor imobiliário ao longo das últimas décadas e negligenciadas pelos poder público. Tais áreas passam a ser do interesse do setor imobiliário exatamente devido às intervenções urbanísticas previstas ou em curso. Assim, assiste-se um intenso processo de remoções promovido

pelo Poder Público e pela dinâmica do mercado. Em diversos casos identificados, percebe-se a existência de procedimentos que podem ser caracterizados como de nítido desrespeito ao direito à cidade, em especial ao direito à moradia, e também a outros direitos humanos sociais e individuais (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2013).

Em síntese, pode-se dizer que se está diante de um novo ciclo de mercantilização da cidade, traduzida na incorporação de determinadas áreas e de serviços urbanos parcialmente desmercantilizados⁷ aos circuitos de valorização do capital. Com efeito, percebe-se um processo de elitização da cidade. Esse processo ocorre, seja pela transferência forçada de ativos sob a posse ou controle das classes populares para setores do capital imobiliário, seja pela criação de novos serviços e equipamentos urbanos que serão geridos pela iniciativa privada, como, por exemplo, na área do transporte, esporte e lazer. O que permite caracterizar esta situação, nos termos propostos por David Harvey (2004; 2005), como um processo de acumulação por despossessão, no qual certas áreas e serviços passam a se constituir em mercadorias destinadas às classes médias e altas que têm poder aquisitivo para pagar pelas habitações e serviços que serão oferecidos.

Além disso, as intervenções em curso revelam a incapacidade do Estado em se pautar por critérios universalistas, centrados no objetivo da inclusão social dos diferentes grupos sociais à cidade, e a crescente adoção de um padrão de intervenção centrado na exceção, focado em certas áreas da cidade com capacidade de atração de investimentos, subordinando as políticas, implementadas de forma discricionária, aos interesses de grandes grupos econômicos e financeiros que comandam a nova coalizão empreendedorista neoliberal. São os projetos considerados estratégicos que determinam o que pode e o que não pode ser realizado, as comunidades que podem permanecer e aquelas que precisam ser removidas. Tais intervenções são legitimados, em primeiro lugar, pelo discurso do desenvolvimento e do legado social, e de forma subsidiária, pelo discurso da ordem, da ilegalidade fundiária ou do risco ambiental.

⁷ Considera-se como parcialmente desmercantilizados as áreas e serviços urbanos cujo acesso não é determinado integralmente pelos preços médios de mercado, seja pelo seu caráter irregular ou ilegal (no caso do solo urbano e de serviços de telefonia, água e eletricidade), seja por estar vinculado a um processo de produção familiar ou semi-artesanal (no caso dos serviços vinculados à alimentação, construção civil, à cultura e ao transporte).

Uma das características mais notáveis em cidades que sediam megaeventos esportivos é a progressiva adoção de um regime de segurança (EICK, 2011). Na cidade do Rio de Janeiro este processo é muito evidente através da combinação de ações que envolvem uma forte política de controle da ordem pública; repressão às manifestações com violência policial, notadamente nas manifestações de rua; disseminação de armas menos letais usadas indiscriminadamente; e privatização da segurança nos espaços elitizados, como no caso da área portuária, no Projeto Porto Maravilha. De fato, a transformação da cidade do Rio de Janeiro em uma cidade de negócios envolve a criação de um ambiente considerado seguro pelas elites, e a venda da sensação de segurança (GAFFNEY, 2012).

Um das intervenções mais polêmicas na cidade do Rio de Janeiro foi a modificação radical do Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã. O Maracanã, de fato, é considerado um dos estádios mais famosos do mundo. Palco da final da Copa do Mundo de 1950, desde então o estádio vinha servindo como um espaço público multi-uso que recebia milhares de pessoas de todo o mundo. A partir de 2005, no entanto, o Maracanã vem sofrendo intervenções radicais, e hoje em dia só mantém a arquitetura externa da sua estrutura original, tendo sido descaracterizado por dentro e por fora. Durante o processo de adequação do estádio para a Copa do Mundo, várias leis estaduais e municipais foram alteradas em um contexto caracterizado por falta de diálogo e transparência por parte do governo estadual, culminando, em 2013, com a concessão do complexo esportivo do Maracanã para um consórcio liderado pela empresa Odebrecht.

Por fim, é fundamental registrar que a cidade do Rio de Janeiro se constitui hoje em um dos principais palcos de organização e resistência popular a esse projeto de megaeventos associado a mercantilização e elitização da cidade. Nesse contexto, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro emerge como um espaço de articulação de movimentos sociais, dos atingidos, das ONGs, dos estudantes, de setores acadêmicos, dos sindicatos, e das pessoas que querem se manifestar contra este projeto e defender o direito à cidade.

Este artigo tem como objetivo abordar cada um desses aspectos, visando interpretar o sentido das intervenções urbanas e do Projeto Olímpico do Rio de Janeiro, identificando seus impactos sociais, na perspectiva do direito à cidade.

1. Investimentos e Intervenções Urbanas: o custo do Projeto Olímpico no Rio de Janeiro

Antes de tudo, cabe destacar que as informações disponíveis sobre os investimentos realizados pelo poder público na Cidade do Rio de Janeiro, visando sua preparação para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, são ainda muito precárias. Criados com o objetivo de dar transparência ao uso dos recursos públicos nesses megaeventos esportivos, os portais eletrônicos disponíveis, tanto do governo federal quanto do municipal, apresentam informações insuficientes e superficiais, e às vezes desatualizadas e contraditórias, dificultando o monitoramento social e a análise aprofundada em torno dos gastos públicos. Apesar destas limitações, busca-se aqui sistematizar as principais informações disponíveis.

Em relação à Copa do Mundo, desde o estabelecimento da Matriz de Responsabilidade (2010), percebe-se a constante alteração na previsão dos investimentos, em todos os estados, o que dificulta o monitoramento da Matriz. No Rio de Janeiro, o total dos investimentos previstos já sofreu um aumento de 65%, passando do valor inicial de R\$ 2,2 bilhões para quase R\$ 3,4 bilhões. O maior investimento ocorre na implantação de infraestrutura de mobilidade urbana (54,6%), seguido dos investimentos na reforma do Maracanã, que representam 30,7% dos recursos previstos (Tabela 1).

Tabela 1 – Previsão de aplicação de recursos da Copa do Mundo 2014 na Cidade do Rio de Janeiro, setembro de 2013

Tema	Nº Ações	Total previsto (R\$)	(%)
Valor total	9	3.416.890.000,00	100,0
Aeroportos	3	443.650.000,00	13,0%
Desenvolvimento Turístico / Instalações complementares	2	56.640.000,00	1,7
Estádios (Maracanã)	1	1.050.000.000,00	30,7
Mobilidade Urbana	3	1.866.600.000,00	54,6

Fonte: Portal da Copa 2014, do Governo Federal. <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilcopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>, acessado em 5 de fevereiro de 2014.

Do total de recursos previstos no Rio de Janeiro, cerca de R\$ 1,5 bilhão é proveniente de financiamento federal, tendo o BNDES como principal instituição credora, o que inclui também parte significativa dos recursos para a reforma do Maracanã. O restante são recursos não onerosos (fundo perdido) dividido entre os governos federal, estadual e municipal.

Em relação às Olimpíadas, o Dossiê de Candidatura Rio 2016 – documento usado no processo de seleção da cidade que iria sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016 – previa U\$ 12.518,24 bilhões em investimentos, mas estes estavam relacionados fundamentalmente às instalações esportivas e a logística dos jogos. No entanto, desde o início, a Prefeitura anunciou um conjunto de obras vinculadas ao que passou a ser denominado de legado social, também vinculados às Olimpíadas, sem detalhar o seu custo, o que impedia uma visão global do orçamento das Olimpíadas. Somente em janeiro de 2014, o Poder Público Municipal divulgou a Matriz de Responsabilidade e o orçamento atualizado contemplando todos os gastos associados às Olimpíadas, totalizando R\$ 36,6 bilhões, repartidos entre: (i) o Comitê Organizador Rio 2016 (COJO), com R\$ 7 bilhões, decorrente de receitas da iniciativa privada, voltado para despesas dos jogos, alimentação e transporte dos atletas, segurança, etc; (ii) a Matriz de Responsabilidade, com R\$ 5,6 bilhões⁸, decorrente de recursos públicos e privados, destinado fundamentalmente à construção das instalações esportivas para a realização dos jogos; (iii) o Plano de Políticas Públicas, também chamado de plano do legado, com R\$ 24 bilhões, composto de recursos públicos (federais, estaduais e municipais, orçados em R\$ 13,7 bilhões) e da iniciativa privada (R\$ 10,3 bilhões, através de parcerias público-privadas).⁹

Tomando em consideração o plano de políticas públicas, identifica-se 27 projetos previstos ou em desenvolvimento que são considerados oficialmente parte do legado e que são discursivamente vinculados às Olimpíadas, envolvendo as seguintes intervenções: (i)

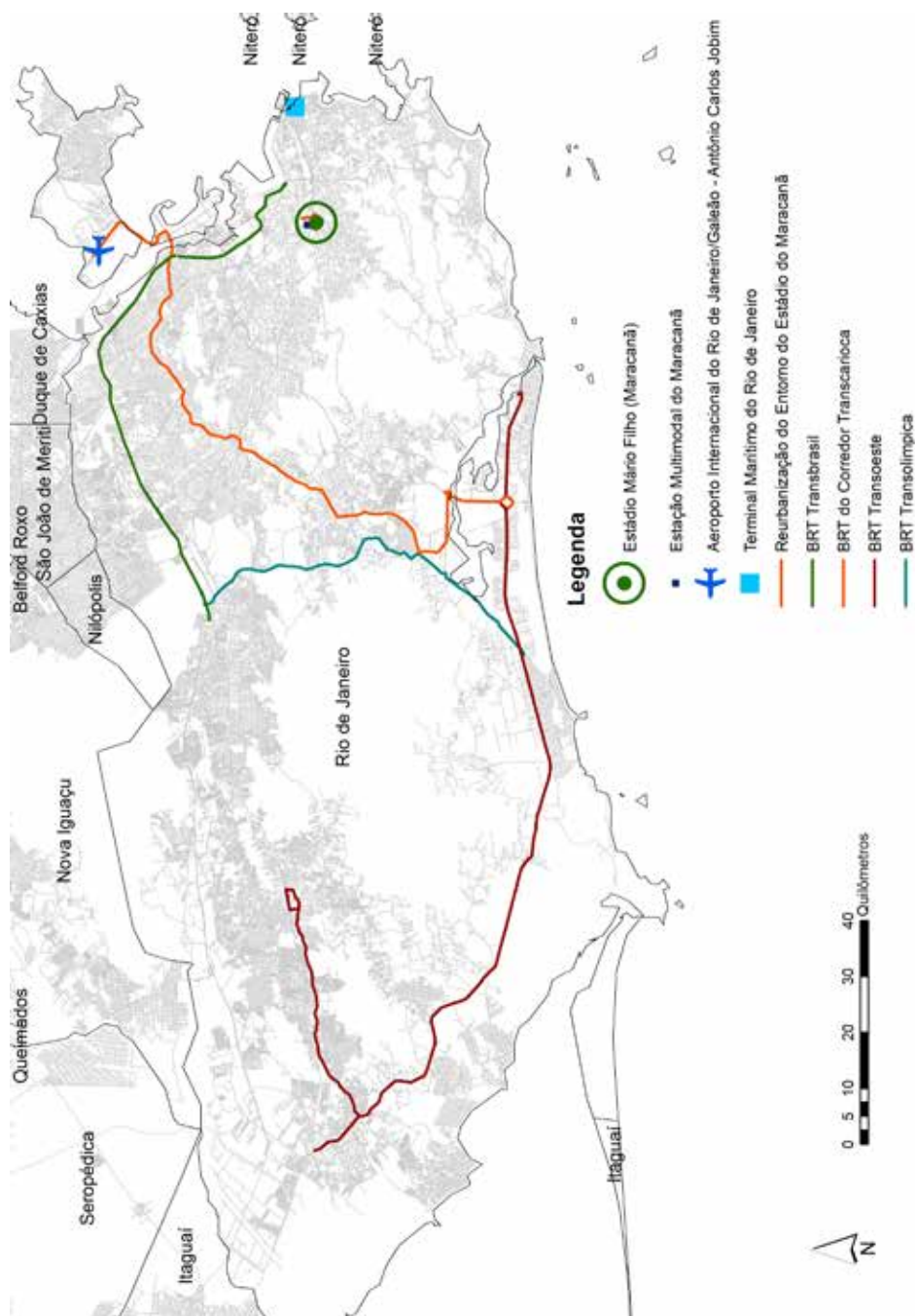
⁸ Dos R\$ 5,6 bilhões previstos pela Matriz de Responsabilidade, o poder público municipal declara que R\$ 4,18 bilhões seriam decorrentes da iniciativa privada, através das Parcerias Público-Privadas, e que R\$ 1,46 seriam decorrentes do orçamento público municipal. No entanto, esta informação não leva em consideração o custo das contrapartidas do poder público no âmbito destas parcerias, que ocorre também na previsão dos recursos privados do legado social, orçados em R\$ 10,3 bilhões

⁹ Cf. <http://www.cidadeolimpica.com.br/transparencia/> acessado em 15 de abril de 2014

Construção de novas instalações para o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCE/LADETEC) – na UFRJ; (ii) Aquisição de novos equipamentos para o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem; (iii) Construção/reforma dos locais oficiais de treinamento; (iv) Construção do Metrô Linha 4; (v) Implantação de Sistemas Operacionais e de Material Rodante do Metrô Linha 4; (vi) Reformas de Estações Ferroviárias; (vii) Implantação do Coletor Tronco Cidade Nova no âmbito do Programa Despoluição da Baía de Guanabara; (viii) Implantação de Ecobarreiras no âmbito do Programa Baía Sem Lixo; (ix) Implantação de Ecobarros no âmbito do Programa Baía Sem Lixo; (x) Recuperação Ambiental do Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá; (xi) Complementação das obras de esgotamento sanitário da Lagoa da Tijuca, na Barra da Tijuca; (xii) Esgotamento do Eixo Olímpico; (xiii) Saneamento da Restinga de Itapeba; (xiv) Construção do VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos do Porto; (xv) Construção do BRT Transolímpica – Construção da Via Expressa; (xvi) Construção do BRT Transolímpica – Implantação da Conexão Magalhães Bastos – Deodoro; (xvii) Construção do BRT Transolímpica – Desapropriações para implantação do BRT Transolímpica; (xviii) Construção do BRT Transoeste - Construção do trecho Alvorada/Shopping Citta América e conexão com Jardim Oceânico (integração Metrô linha 4); (xix) Duplicação do Elevado do Joá – Construção de complexo viário com túneis, elevado e pontes; (xx) Obras no Viário da Barra - duplicação Salvador Allende e Abelardo Bueno e construção do terminal olímpico do BRT; (xxi) Obras de Reabilitação Ambiental de Jacarepaguá; (xxii) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Zona Oeste (Bacia do Marangá – AP 5); (xxiii) Projeto Porto Maravilha – Projeto de revitalização da região portuária. Fase 2 – Obras da PPP; (xxiv) Construção dos reservatórios de retenção de chuvas no âmbito do programa de Controle de Enchentes da Grande Tijuca; (xxv) Desvio do Rio Joana no âmbito do programa de Controle de Enchentes da Grande Tijuca; (xxvi) Requalificação Urbana do Entorno do Estádio João Havelange; (xxvii) Montagem das Quatro Escolas da Arena de Handebol.

Levando-se em conta o conjunto dos investimentos previstos, pode-se prever o impacto das intervenções na dinâmica urbana da cidade. De fato, a maior parte dos recursos está alocada em mobilidade urbana, representando cerca de 36% do total de recursos previstos para as Olimpíadas, sendo que este percentual sobe para 55% se forem considerados apenas os investimentos no plano de políticas públicas.

Figura 1 – Mapa dos Principais Investimentos da Copa do Mundo e das Olimpíadas do Rio de Janeiro – 2014



Assim, a partir das informações disponíveis é possível identificar o mapa dos principais investimentos previstos no Projeto Olímpico e na Copa do Mundo na Cidade do Rio de Janeiro (Figura 1).

2. Intervenções urbanas e o direito à Moradia

A análise da espacialidade do projeto de reestruturação urbana vinculado a esse projeto olímpico indica uma submissão direta da política pública aos interesses privados, ligados principalmente ao setor imobiliário, às grandes empresas de obras públicas, aos conglomerados financeiros e ao setor turístico. Por outro lado, as classes populares são vistas desde o ponto de vista da governança empreendedorista neoliberal como entraves aos processos de acumulação. Assim, as já citadas intervenções nas áreas de centralidade da cidade (Área Portuária, Zona Sul e Barra da Tijuca) vem ocasionando remoções das classes populares e grande valorização imobiliária. Simultaneamente há uma oferta de empreendimentos de habitação de interesse social que vêm sendo utilizados para reassentamentos dessas populações. Nesse contexto, podemos argumentar que o projeto em curso vem promovendo uma nova rodada de mercantilização do espaço urbano, que amplia os processos de segregação socioespacial através de mecanismos de espoliação urbana e realocização dos pobres na cidade.

Especificamente, a política urbana do projeto olímpico, expressa uma política de valorização imobiliária, e inclui obras de mobilidade, construção de equipamentos esportivos e instalação de UPPs em áreas de expansão do capital imobiliário, como Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá, Curicica, Vargem Grande, Centro e Maracanã; e em áreas valorizadas e de interesse turístico e de residência da elite, como a Zona Sul carioca (a área mais valorizada da cidade).

O resultado desse processo foi um significativo aumento dos preços dos imóveis na cidade, que desde setembro de 2012 possui o metro quadrado mais caro do país (FIPE/ZAP, 2014)¹⁰. De acordo com esse levantamento, realizado pelo próprio mercado imobiliário, tomando como referência o mês de janeiro de 2014, o preço médio

¹⁰ Para esta análise foram utilizados os dados do índice FIPE/ZAP que mede a evolução do preço dos imóveis brasileiros. Cabe registrar que há algumas limitações deste indicador, tais como a ausência de informações de todos os bairros da cidade, a comparação de amostras de tamanho diferentes, e a não diferenciação das áreas intra-bairros (as áreas consideradas mais “nobres” das áreas menos “nobres”).

do metro quadrado na cidade era de R\$ 10.250 contra R\$ 8.146,00 do Distrito Federal e R\$ 7.839,00 de São Paulo.

Entretanto, trata-se de uma média, que inclui, por exemplo, o bairro do Leblon, cujo metro quadrado custava R\$ 12.749 em abril de 2014 e o bairro da Pavuna, onde o metro quadrado estava R\$ 2.391 neste mesmo período. Ou seja, o processo de valorização é bem diferenciado espacialmente. Os bairros da área central, tiveram um aumento para venda de imóveis acima de 300% entre o período de janeiro de 2008 e abril de 2014, com destaque para Bairro de Fátima, Cidade Nova, Estácio e São Cristóvão que valorizaram respectivamente: 323,30%, 366,35%, 433,91% e 362,05. Na Zona Sul, que já possuía valores de solo urbano bastante elevados em diversos dos seus bairros, o destaque é para o Vidigal, uma área de favela ao lado do bairro do Leblon, que recebeu uma UPP e que teve uma valorização em 477,24%. Cabe destacar também as valorizações nos bairros do Catete (239,25%) e Gloria (298,00%). Na área da Barra da Tijuca, verifica-se grande valorização imobiliária no bairro de Camorim (223,70%), o que pode estar associado diretamente aos maciços investimentos para as Olimpíadas de 2016. (Tabela 2)

De um lado, as intervenções realizadas são acompanhadas de processos de remoção promovidas diretamente pela Prefeitura do Rio de Janeiro. De outro lado, essas intervenções públicas provocam um significativo aumento do custo de vida, valorizando determinadas áreas e levando a expulsão de populações e a consequente reapropriação daquele espaço por outros agentes econômicos, através do mercado imobiliário, em razão destas intervenções não serem acompanhados da adoção de instrumentos de promoção da função social da propriedade, previstos no Estatuto da Cidade, que poderiam proteger as classes populares residentes nestas áreas dos agentes do mercado.

Em geral, o poder público utiliza como justificativa para as remoções o suposto interesse público das obras que estão sendo realizadas e que beneficiariam a todos que vivem na cidade – como por exemplo o Porto Maravilha, as linhas de BRTs e as obras no entorno do estádio do Maracanã – e o fato das comunidades estarem localizadas nas áreas de intervenção ou em áreas de risco que não poderiam ser urbanizáveis.

O acompanhamento desses processos indica um padrão da atuação do poder público no que se refere às remoções. Em praticamente todos os casos constatou-se situações de precariedade, ou completa ausência de informações, sobre os projetos de urbanização.

Tabela 2: Valorização Imobiliária na cidade
do Rio de Janeiro no período de 2008 a 2014

Valorização Imobiliária na cidade do Rio de Janeiro no período de 2008 a 2014: venda						
Área de Planejamento	Região Administrativa	Bairro	Mês	Valor m2	Tamanho da Amostra	Variação no período
AP1	II RA	CENTRO	Jan-08	R\$ 2.177	31	280,33
			Apr-14	R\$ 8.280	889	
		LAPA	Jan-08	R\$ 2.431	7	279,14
			Apr-14	R\$ 9.217	143	
		BAIRRO DE FÁTIMA	Jan-08	R\$ 1.948	3	323,3
			Apr-14	R\$ 8.246	32	
	III RA	CIDADE NOVA	Jan-08	R\$ 1.477	2	366,35
			Apr-14	R\$ 6.888	17	
		CATUMBI	Jan-08	R\$ 1.485	3	199,12
			Apr-14	R\$ 4.442	23	
		ESTACIO	Jan-08	R\$ 1.194	6	433,91
			Apr-14	R\$ 6.375	74	
	VII RA	SÃO CRISTÓVÃO	Jan-08	R\$ 1.331	24	362,05
			Apr-14	R\$ 6.150	185	
		MANGUEIRA	set/09*	R\$ 1.333	1	138,93
			ago/13*	R\$ 3.185	1	
		BENFICA	março/2008*	R\$ 1.158	1	236,96
			Apr-14	R\$ 3.902	16	
	IV RA	BOTAFOGO	Jan-08	R\$ 3.652	459	224,68
			Apr-14	R\$ 11.858	2003	
		CATETE	Jan-08	R\$ 3.210	64	239,25
			Apr-14	R\$ 10.890	437	
		LARANJEIRAS	Jan-08	R\$ 3.315	214	221,41
			Apr-14	R\$ 10.655	1121	
		COSME VELHO	Jan-08	R\$ 3.317	27	212,69
			Apr-14	R\$ 10.372	77	
		FLAMENGO	Jan-08	R\$ 3.506	345	186,65
			Apr-14	R\$ 10.050	1910	
AP 2		GLORIA	Jan-08	R\$ 2.500	34	298,6
			Apr-14	R\$ 9.965	316	
		HUMAITA	Jan-08	R\$ 3.850	122	223,92
			Apr-14	R\$ 12.471	279	
		URCA	Jan-08	R\$ 4.961	19	162,3
			Apr-14	R\$ 13.013	47	
		LARGO DO MACHADO	Jan-08	R\$ 3.556	1	243,16
			Apr-14	R\$ 12.203	3	

	V RA	COPACABANA	Jan-08	R\$ 3.613	1417	217,35
			Apr-14	R\$ 11.466	5736	
		LEME	Jan-08	R\$ 4.223	117	180,58
			Apr-14	R\$ 11.849	289	
		ARPOADOR	Jan-08	R\$ 7.249	2	92,42
			Apr-14	R\$ 13.949	3	
		IPANEMA	Jan-08	R\$ 6.420	812	104,87
			Apr-14	R\$ 13.153	572	
		LEBLON	Jan-08	R\$ 7.089	641	79,84
			Apr-14	R\$ 12.749	128	
		SÃO CONRADO	Jan-08	R\$ 4.075	130	186,74
			Apr-14	R\$ 11.685	310	
		VIDIGAL	Jan-08	R\$ 1.450	1	477,24
			Apr-14	R\$ 8.370	17	
		GAVEA	Jan-08	R\$ 4.176	131	213,12
			Apr-14	R\$ 13.076	89	
		JARDIM BOTÂNICO	Jan-08	R\$ 5.121	193	157
			Apr-14	R\$ 13.161	205	
		LAGOA	Jan-08	R\$ 5.547	463	124,13
			Apr-14	R\$ 12.433	342	
AP 4	XXIV RA	BARRA DA TIJUCA	Jan-08	R\$ 3.752	1741	153,01
			Apr-14	R\$ 9.493	12193	
		RECREIO DOS BAN-DEIRANTES	Jan-08	R\$ 3.156	2750	121,41
			Apr-14	R\$ 6.988	7058	
		VARGEM PEQUENA	Jan-08	R\$ 2.087	8	120,17
			Apr-14	R\$ 4.595	66	
		VARGEM GRANDE	Jan-08	R\$ 2.340	13	127,3
			Apr-14	R\$ 5.319	24	
		CAMORIM	Jan-08	R\$ 1.698	12	223,73
			Apr-14	R\$ 5.497	315	

Fonte: FIPE/ZAP, 2014.

* Valores disponíveis no site FIPE/ZAP, 2014.

A prefeitura também impediu o acesso aos dados sobre as famílias removidas ou ameaçadas de remoções, o que dificultou a elaboração de denúncias e a articulação de resistências. Além disso, as negociações foram marcadas por ameaças e coações, realizadas de forma individualizadas, deslegitimando as organizações comunitárias.

Como alternativas foram oferecidas às comunidades: indenização, auxílio-moradia e reassentamento. De modo geral, constata-se que as indenizações eram incapazes de garantir o acesso a outro

imóvel situado nas proximidades da antiga residência. Ressalta-se que, de acordo com a Lei Orgânica do Município (artigo 429), o reassentamento deveria ocorrer nas proximidades da antiga residência.

As opções de reassentamento em moradias do Programa Minha Casa Minha Vida para 0 à 3 salários mínimos, aquelas destinadas à política de reassentamento, estavam localizadas distantes das áreas de centralidade, principalmente na franja urbana da cidade em alguns bairros da Zona Oeste, que além de possuírem baixa cobertura de infraestrutura urbana (transporte, saneamento, pavimentação das ruas) são distantes dos principais locais de oferta de trabalho, lazer, estudo e saúde.

Entretanto, não percebeu-se critérios objetivos para definir quais moradores removidas seriam reassentados, alguns desses passariam a receber um auxílio-moradia, também denominado de aluguel social, no valor de R\$ 400,00 mensais. Esse valor era estabelecido independentemente do tamanho das famílias, das condições das moradias e da localização das mesmas na cidade. Como resultado, muitas famílias não conseguiam acesso à habitação na mesma área e esse recurso passava a ser visto como uma política compensatória, mais do que como solução provisória à ação de despejo da prefeitura.

Paradoxalmente a prefeitura negava estar fazendo remoções e afirmava que essas intervenções urbanas também estavam associadas à uma política habitacional, que asseguraria o direito à moradia digna para aqueles que até pouco tempo viviam em habitações precárias e/ou em áreas de risco; em suma, afirmava estar atuando na “preservação da vida”. Segundo dados do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2013), cerca de três mil famílias já tinham removidas, até 2013, e outras oito mil ainda estariam ameaçadas de remoção. Os movimentos populares afirmavam que o problema era que os moradores ameaçados viviam em “áreas de rico e não de risco” (como o caso das comunidades Vila Autódromo e Santa Marta), e se, de fato, haviam melhorias materiais para algumas famílias reassentadas, por outro lado, muitos reclamavam ter piorado significativamente suas condições de vida, pois uns perderam empregos, outros passaram a levar horas para chegar ao local de trabalho, diversas crianças perderam o ano na escola, muitos tiveram suas redes de sociabilidade dissolvidas, entre outros problemas. Além disso, em diversos casos, a nova habitação em pouco tempo começou a apresentar problemas associados à qualidade da obra, conforme pode ser observado através de visitas de

campo. Também cabe ressaltar que diversos desses empreendimentos foram rapidamente controlados por grupos milicianos¹¹, que estabeleceram regras de sociabilidade e cobraram taxas de segurança dos novos moradores.

O maior beneficiário parece ser o setor imobiliário, que ganha na valorização das áreas de centralidade, onde estão ocorrendo os maiores investimentos, e também na construção de grande quantidade de habitações de interesse social subsidiadas pelo governo, em áreas onde o preço da terra é muito baixo. Por outro lado, os mais pobres têm seus ativos despossuídos e espoliados e passam a ter que reproduzir sua sobrevivência em áreas cada vez mais periféricas tendo o seu direito à cidade negado.

3. O Projeto Olímpico e seu Impacto no Direito à Mobilidade

As ações e projetos no campo da mobilidade urbana ocupam um lugar central no discurso de implantação dos megaeventos no Brasil. A promessa de legado, contida no discurso oficial e midiático, é essencial para a adesão social ao megaevento e, no caso da mobilidade, o poder simbólico é ainda maior, pois toca numa questão social bastante sensível que é o transporte urbano. Afinal, “o convencimento das vantagens que os megaeventos podem oferecer para a sociedade é parte fundamental do processo” (SANCHEZ, et. al. 2012, p. 234)

Tais promessas constituem, portanto, um importante instrumento de legitimação social do próprio megaeventos à medida que essas ações são colocadas como a solução para os graves problemas de mobilidade existentes hoje no país, que representariam barreiras ao desenvolvimento econômico das cidades brasileiras e à superação das desigualdades sociais nelas existentes.

Os projetos de mobilidade urbana, por sua vez, estão associados a um padrão de gestão e planejamento urbano baseado em princípios do planejamento estratégico e na emergência de coalizações políticas que emergiram e vêm “exercendo ao longo do tempo um poder extra-

¹¹ Os milicianos são grupos formados pessoas – fala-se de ex-policiais ou policiais, bombeiros, vigilantes, agentes penitenciários e ex-militares – que passaram a controlar o fornecimento de serviços (transporte alternativo, distribuição de gás, etc) em algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Armados ou com poder de polícia, os milicianos também exigem dos moradores e comerciantes das favelas um pagamento pelo serviço de segurança.

ordinário voltado à adoção de suas concepções e projetos hegemônicos” (SÁNCHEZ et. al., 2012, p. 233). Nesse sentido, o Megaevento é apresentado como “oportunidade catalizadora do desenvolvimento urbano, no bojo da difusão da ideologia neoliberal e da afirmação do empresariamento da gestão urbana” (SÁNCHEZ et. al., op. cit. p. 234).

Com a chegada dos megaeventos, o Rio de Janeiro vive uma onda de otimismo não só na economia, mas também sobre novas perspectivas da mobilidade urbana, que se tornaria mais eficiente, segura, confortável e sustentável, de acordo com o discurso oficial. Assim como outras cidades brasileiras, a metrópole do Rio de Janeiro está prestes a receber o maior volume de recursos de sua história para investir em políticas de mobilidade.

No Rio de Janeiro, o poder público tem denominado de “revolução dos transportes” estas ações e intervenções no campo da mobilidade. Na cidade, estão previstas a construção de sistemas de Bus Rapid Transit (BRT), o alongamento da Linha 1 do Metrô, a implantação de Bus Rapid System (BRS) e a construção de um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na área do porto. Algumas delas já estão operando, como é o caso da linha “Transoeste”, um sistema BRT que liga a região da Barra da Tijuca a bairros da Zona Oeste da cidade¹²

No caso da mobilidade urbana, questiona-se, em primeiro lugar, se os grandes projetos previstos para a realização da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 seriam as soluções definitivas para os graves problemas com os quais se defrontam diariamente os mais de 11 milhões de moradores da metrópole do Rio de Janeiro.

Ao observar apenas para o volume de recursos monetários empenhados nas ações e projetos no campo da mobilidade urbana encontramos um forte argumento para apostar no sucesso das intervenções previstas no contexto dos megaeventos esportivos. Por outro lado, mesmo diante de visões exageradamente positivas quanto aos benefícios da realização dos megaeventos (URANI, 2009), o cenário que se desenha para o futuro não pode ser considerado tão positivo assim, principalmente no que diz respeito às expectativas de superação das desigualdades socioespeciais presentes no espaço metropolitano.¹³

¹² A linha do BRT Transoeste já está operando com 57 estações ao longo do trajeto que liga o bairro da Barra da Tijuca (onde estará localizada a maioria das instalações olímpicas) ao extremo da Zona Oeste da cidade.

¹³ No caso da África do Sul, que sediou a Copa do Mundo de Futebol de 2010, o sistema de transporte público chegou a ser ampliado e modernizado, aumentando sua capacidade. No entanto, com apontam Steinbrink, Haferburg e Ley (2011), o foco restrito no evento e

É preciso lembrar, neste contexto, que essas desigualdades são decorrentes do grande poder de concentração de investimentos no município-núcleo da metrópole (RIBEIRO, 2000). Como no caso de muitas metrópoles da América do Sul, ao contrário das metrópoles norte-americanas, as áreas centrais têm um valor simbólico importante principalmente por ser nessas áreas onde se concentram historicamente as funções de direção e de residência das classes dominantes, além da quantidade maior de postos de trabalho e serviços especializados. Com isso, essas áreas centrais tendem a adquirir valores monetário e simbólico ainda maiores (ABREU, 2010). “Para isso contribuem tanto a inexistência de um bom sistema de transportes, como a oferta restrita de serviços públicos, que fazem com que a população abastada resida em áreas densamente povoadas (como é o caso do Rio) e não em subúrbios bucólicos”, como ocorre em outros países (ABREU, 2010). Ou seja, uma característica da formação urbana da região metropolitana do Rio de Janeiro, sempre foi uma pressão pela ocupação das áreas centrais e uma expulsão dos pobres para a periferia distante onde a oferta de transporte é precária e insuficiente.

A distribuição territorial dos investimentos em mobilidade previstos e realizadas até agora no contexto dos megaeventos parecem reproduzir essa mesma lógica de organização do espaço. Com as informações divulgadas até ao momento, não há elementos que nos permitiria aferir que os enormes investimentos em mobilidade produziram uma melhor distribuição das pessoas e dos empregos no território metropolitano e, muito menos, que atenderia as necessidades da metrópole.

Pelo contrário, na metrópole do Rio de Janeiro, os investimentos em transportes para a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 estão majoritariamente concentrados territorialmente. Tomemos como exemplo a implantação dos sistemas de BRT's. Primeiramente, há uma concentração total dos investimentos no município do Rio de Janeiro, lembrando que a região metropolitana tem 20 municípios. E, em segundo lugar, há uma desigualdade na distribuição desses investimentos no interior do município do Rio de Janeiro, com uma concentração maciça na Zona Sul, através da expansão do metrô, e na Barra da Tijuca, onde se articulam três dos quatro sistemas de BRTs que estão sendo implantados, como pode ser observado na figura 1.

em metas econômicas de curto prazo, limitaram as possibilidades de superação da estrutura urbana extremamente fragmentada causada pelo *apartheid*.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que os problemas das grandes cidades, inclusive os de transporte, não poderão ser solucionados no âmbito das esferas municipais, pois são questões de natureza metropolitana.

No caso da metrópole do Rio de Janeiro, ao observar as estratégias territoriais de instalação dos grandes projetos de mobilidade, a chamada “revolução nos transportes” propagandeada pelo Poder Público no contexto dos megaeventos não parece ser a solução para a crise da mobilidade¹⁴. Tais estratégias parecem desconsiderar a maioria dos problemas decorrentes das enormes dificuldades de deslocamento diário das pessoas para trabalhar em um mercado de trabalho cada vez mais organizado na escala metropolitana. No caso da metrópole do Rio de Janeiro, a circulação diária da população envolve grande volume de viagens não só no extenso território do município do Rio, mas também entre os vinte municípios metropolitanos.¹⁵

Obviamente, ainda é necessário avançar na investigação sobre os impactos dos projetos de mobilidade sobre a reestruturação das cidades, que por sua vez incidem sobre a dinâmica urbana, no entanto, é possível apontar três questões sobre os impactos dessas intervenções e sua capacidade de reestruturar o espaço urbano.

Em primeiro lugar, é preciso levar em conta, quando se trata dos projetos de mobilidade urbana no contexto dos megaeventos, a possibilidade real da reprodução do modelo rodoviarista, que orientou historicamente as políticas de mobilidade urbana no Brasil desde a década de 1950. Portanto, considera-se que a provisão de meios de circulação no contexto dos megaeventos podem favorecer a reprodução e a afirmação desse modelo, garantindo a primazia do setor automotivo (que vai deste a produção de automóveis ao setor de autopeças, por exemplo). Ou seja, aponta-se que as intervenções em curso, apesar de estarem sendo justificadas por se tratarem de sistemas de transporte de massas, também poderiam estar atendendo aos interesses dos usuários de automóveis e dos setores vinculados ao setor automotivo (fábricas e concessionárias de automóveis), ao abrir novas oportunidades de expansão deste mercado.

¹⁴ Segundo o Índice de Bem-estar Urbano a (IBEU) elaborado pelo Observatório das Metrópoles, a região metropolitana do Rio de Janeiro, na dimensão mobilidade urbana, ocupa a pior colocação em um ranking formado pelas 15 principais regiões metropolitanas do Brasil (RODRIGUES, 2013).

¹⁵ Segundo dados do Censo 2010, cerca de 850 mil pessoas se deslocam diariamente de um município para outro para trabalhar.

A segunda questão está relacionada diretamente à dimensão do desenvolvimento urbano. Assim, considera-se que as intervenções no campo da mobilidade urbana caminham na direção da produção, reforço, renovação e resgate de centralidades. No caso do Rio de Janeiro, testar essa hipótese é imprescindível. Os exemplos são bastante claros: Barra da Tijuca (produção de novas centralidades); Zona Sul (reforço de uma centralidade consolidada); e, Área Central que vai do Porto à Santa Tereza (renovação e resgate de uma centralidade decadente). Assim, reforça a ideia de que essas intervenções atendem diretamente aos interesses do mercado imobiliário e não as reais necessidades de circulação da população.

Por último, considera-se que as estratégias territoriais adotadas para a implantação dos projetos de mobilidade urbana não serão capazes de romper nem minimizar os efeitos da estrutura urbana fortemente segmentada da cidade metropolitana do Rio de Janeiro. Ou seja, muito por conta dos processos que tem a ver com as duas primeiras hipóteses, as intervenções não alterarão a organização do sistema de mobilidade ao ponto de gerar benefícios líquidos à população, minando assim qualquer possibilidade de “legado social”. Neste último caso, já é possível encontrar muitas indicações (ou sinais) de que o desejo por uma “Cidade Olímpica” poderá produzir uma metrópole cada vez mais desigual.

4. A Copa do Mundo e seus impactos sobre o Complexo Esportivo do Maracanã

Desde a Copa do Mundo de 1950, o Maracanã tem sido o grande palco esportivo da Cidade do Rio de Janeiro. Construído para aquela Copa, o Maracanã, localizado no centro geográfico da então capital brasileira, era o maior estádio do mundo com uma capacidade de 179.000 espectadores. No entanto, desde o ano 2000, o estádio vem sofrendo várias mudanças estruturais que alteram não apenas a sua capacidade de público, mas também as possibilidades do seu uso social.

O Maracanã foi majoritariamente construído com dinheiro público e existiu sob administração da Prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de 1950 até 1960. Depois da formação do Estado de Guanabara, em 1960, o Maracanã passou a ser administrado pela entidade esportiva ADEG. Na fusão do estado de Guanabara com

o Estado do Rio de Janeiro, em 1975, o Maracanã passou ser administrada pela SUDERJ - Superintendência dos Esportes do Rio de Janeiro, ligado à Secretaria Estadual de Esportes e Lazer (SEEL). Essa condição perdurou até 2013, quando o complexo esportivo do Maracanã foi concessionado pelo governo do estado para um consórcio privado, por um período de 35 anos.

Durante o tempo no qual esteve sob administração pública, o Maracanã passou por épocas bastante difíceis. A construção inicial demorou 14 anos para ser completada e durante a década de 1980, o estádio, como as demais infraestruturas urbanas, sofreu com a falta de investimento, manutenção e segurança. A administração do estádio nunca foi profissionalizada e até agora os cargos técnicos da SEEL e da SUDERJ são ocupados através de indicação política, com baixo nível de profissionalização. O resultado dessa conjunção de fatores levou o Maracanã a cair em decadência, sem oferecer nem conforto, nem segurança aos espectadores, nem transparência na sua gestão. Mas mesmo na ausência de uma boa gestão e de investimentos, o estádio e seu complexo esportivo, cultural e educacional se integrou à vida cotidiana da cidade. Vale destacar que dentro desse complexo, estão localizados três equipamentos esportivos – o estádio de atletismo Célio de Barros, o Parque Aquático Julio Delamare e o ginásio Maracanãzinho –, uma escola pública, um museu indígena e um centro tecnológico. Pela sua fama global como o maior estádio do mundo e celeiro dos craques brasileiros, o Maracanã chegou a ser o segundo lugar mais visitado pelas turistas. Além de inúmeros jogos de futebol por ano, o estádio foi usado para a realização de concursos públicos, treinos de militares, shows e festas. O estádio também contava com um restaurante popular e foi o sede da SUDERJ onde trabalhavam 1.200 pessoas diariamente (GAFFNEY 2008).

Primeiramente a capacidade do estádio Maracanã foi reduzida para 129.000 espectadores na reforma efetuada com o objetivo de sediar o Campeonato Mundial dos Clubes da FIFA, em 2000. Mas foi depois, com a chegada da décima quinta edição dos Jogos Pan-americanos, em 2007, que a história do estádio começou a ser radicalmente alterada. O Maracanã, palco das cerimônias de abertura e encerramento do evento, e sede dos jogos de futebol nele previstos, sofreu uma reforma orçada em R\$ 330 milhões. Com ela, o Maracanã perdeu a geral, lugar de acesso à preços populares para as classes menos

favorecidas. Simultaneamente foi construído Estádio Olímpico João Havelange no subúrbio de Engenho de Dentro. Mas as mudanças não pararam aí. Tendo em vista a preparação para a Copa do Mundo de 2014, uma nova reforma teve início em 2010.

O estádio de atletismo Célio de Barros foi fechado em Janeiro de 2013 para servir como canteiro de obras para as reformas do Maracanã. Vale destacar que o Célio de Barros foi a única pista de atletismo de qualidade acessível na cidade e tinha servido como centro de treinamento para atletas olímpicos e também para a comunidade em geral desde sua inauguração, em 1974. Com o fechamento do estádio, centenas de crianças e dezenas de atletas foram prejudicados. Ironicamente o projeto Rio 2016, que visava treinar atletas e que fazia parte do “legado social” dos Jogos Olímpicos, foi suspenso por falta de lugar para realizar suas atividades. Para a Copa do Mundo de 2014, o estádio servirá como estacionamento e não há previsão para a reforma da pista de atletismo, nem para a reabertura do estádio. O governo federal prometeu investir dinheiro na reconstrução da pista, mas as obras só estão previstas para serem iniciadas após a Copa do Mundo de 2014.

O Parque Aquático Julio Delamare foi inaugurado em 1978 e funcionava como lugar de treinamento e competição aquática desde então. O parque também era local de aulas de natação e de hidroginástica para a população. Para receber e se adequar aos Jogos Pan-americanos de 2007, o Parque Julio Delamare passou por uma reforma de R\$ 10 milhões, sendo fechado temporariamente, em abril de 2013, em razão das obras no Estádio do Maracanã. Mas durante o processo de concessão do Complexo Esportivo, o Governo do Estado do Rio de Janeiro previu a demolição total do Parque Julio Delamare, assim como o do Estádio de atletismo Célio de Barros, da Escola Friedenreich, e do prédio do antigo Museu do Índio. No caso do Parque Aquático, a justificativa era a necessidade de facilitar o escoamento do Estádio de Futebol Mario Filho. A ameaça de demolição desses equipamentos suscitou uma resistência organizada em torno do movimento “O Maraca é Nosso”, que envolveu o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, torcedores, atletas, ex-atletas, indígenas, professores, alunos, usuários dos equipamentos esportivos, e apoiadores em geral, o que acabou pressionando o poder público a voltar atrás e a decidir pela preservação dos mesmos, retirando a visada demolição do contrato de concessão.

Assim como as outras instalações do complexo esportivo, a Escola Municipal Arthur Friedenreich também foi ameaçada de demolição com as reformas visando a preparação do estádio para a Copa do Mundo de 2014. A escola se destacava por ser uma das dez melhores escolas públicas do estado do Rio de Janeiro e pela sua capacidade de receber crianças com dificuldade de locomoção. Seu nome é uma homenagem ao primeiro grande herói de futebol brasileiro, Arthur Friedenreich. A luta para a permanência da escola foi marcada pela notável presença de professores, estudantes e famílias durante as manifestações que foram violentamente reprimidas pelo poder público ao longo de 2013. Mas a reversão da decisão do poder público de demolir a Escola Friedenreich mostra que a resistência organizada marcou um processo exitoso da luta popular contra a privatização dos espaços públicos da cidade.

Talvez a mais polêmica tentativa de limpar o espaço do entorno do Maracanã tenha envolvido o antigo prédio do Museu do Índio, ocupado desde 2006 por um grupo de índios e apoiadores que denominaram o lugar de Aldeia Maracanã. O prédio, tombado pelo poder público, foi construído em 1865 e doado ao Serviço de Proteção ao Índio, em 1910. Nesse mesmo local, Darcy Ribeiro criou o Museu do Índio, que funcionou nesse prédio de 1953 à 1977. A antiga construção se encontrava num estado de deterioração avançada quando foi ocupada pela Aldeia Maracanã. O prédio, tombado pelo poder público, foi construído em 1865 e doado ao serviço da secretaria da proteção dos Índios, em 1910. O prédio abrigou a sede do órgão federal da proteção dos Índios, e posteriormente, entre 1953 e 1977, foi o local do Museu do Índio. O prédio se encontrava num estado de deterioração avançada quando foi ocupado pela Aldeia Maracanã. Quando o projeto de reforma e privatização do Maracanã começou a tomar forma, a Aldeia passou a sofrer ameaças de despejo pelo poder público. Ao longo do processo das obras no Maracanã, a Aldeia se articulou com vários grupos indignados de todo Brasil e passou a contar com o apoio de setores mais progressistas dentro do próprio governo e com uma ampla cobertura na mídia internacional. Depois de promessas, por parte do governo estadual, de abrigo para os índios ocupantes e de que o prédio não seria mais destruído, o batalhão de choque do estado do Rio de Janeiro retirou a comunidade indígena à força, em março de 2013. Depois dessa primeira desocupação, membros da comunidade indígena voltaram a ocupar o prédio, em outubro de 2013. Mais

uma vez, eles foram removidos a força pelo batalhão de choque, em dezembro de 2013. Apesar da chegada da Copa do Mundo, o prédio permanece em estado de abandono e não há projetos em andamento para cumprir a promessa do governo de restaurar o prédio e transformar o lugar num centro cultural indígena.

De qualquer forma, as quatro instalações acima mencionadas finalmente foram preservadas gerando a necessidade de alteração no contrato de concessão do Maracanã que o governo do estado do Rio de Janeiro estabeleceu em 6 de janeiro de 2014. Além de todas as polêmicas geradas pelo fechamento do principal palco esportivo da cidade por três anos para mais uma reforma, vale destacar agora os impactos da privatização.

Como indicado anteriormente, o complexo esportivo do Maracanã abrangeu múltiplos usos durante seus 60 anos de vida pública. Sob o regime de concessão de 35 anos, cuja licitação foi vencida com a participação do grupo IMX, empresa contratada para fazer o estudo de viabilidade da concessão privada, o consórcio Maracanã S. A. (Odebrecht, IMX e AEG) tem o direito de explorar o estádio e seu entorno. Depois da Copa de Confederações, em 2013, o preço dos ingressos dos jogos realizados no Maracanã subiu, alcançando um valor médio de aproximadamente R\$ 45,00. Vale sublinhar que os ingressos cobrados nos jogos realizados em 2012 custavam aproximadamente R\$ 14,00, evidenciando um aumento de mais de 200%, em dois anos. De fato, a explosão dos valores dos ingressos e a diminuição da torcida são traços comuns em todos os estádios construídos ou reformados para a Copa do Mundo. No curto prazo, constata-se uma exclusão das classes populares que não conseguem pagar para assistir aos jogos. No longo prazo, esse processo pode influenciar o enfraquecimento da cultura popular do futebol brasileiro.

5. O Projeto Olímpico e o Regime de Segurança do Espaço Público

Logo depois da realização dos Jogos Pan-americanos, e talvez já visando a candidatura do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016, o governo do Estado do Rio de Janeiro instalou a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na comunidade Santa Marta, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Desde 2008, as UPPs já foram instaladas em

mais de 40 favelas da cidade, quase todas localizadas dentro dos anéis olímpicos descritos no dossiê de candidatura do Rio 2016. A política pública de pacificação é um tema bastante complexo para ser analisado, tanto da perspectiva da segurança pública quanto dos efeitos sobre dinâmica urbana na cidade como um todo. Dentro desse panorama, destacam-se três elementos: a expansão de um modelo militar conformando um novo regime de segurança pública de controle dos espaços públicos; a geografia circunscrita das intervenções em prol dos megaeventos esportivos; e os investimentos vultuosos em armamento e tecnologias de ponta.

A polícia militar do estado do Rio de Janeiro (PMERJ) nunca passou por um processo de reforma institucional. Mesmo antes da ditadura (1964-1985), “os sistemas penais e policiais [foram] utilizados como instrumentos para controlar as classes mais baixas” (ASHCROFT, 2014). O padrão de relação com a população é baseado no conflito armado e na ameaça permanente. Com a chegada dos megaeventos, há uma tendência de equipar todas as forças de segurança pública com armamentos mais pesados (sejam estes letais ou menos letais) em vez de treinar esses agentes em métodos de comunicação e negociação. A concepção de segurança prevalecente, que toma a população das áreas pobres como ameaça, é o pano de fundo para a implementação das UPPs.

Dentro das primeiras 40 UPPs instaladas na cidade do Rio de Janeiro, 39 ficavam dentro dos anéis olímpicos descritos no dossiê Rio 2016. Restam poucas dúvidas de que o projeto de segurança pública do estado se relaciona com os megaeventos esportivos, com a circulação de turistas e a super valorização imobiliária das áreas nobres da cidade. Esse processo de concentração das forças de segurança do estado (em termos financeiros e de capacidade humana) numa área circunscrita da cidade do Rio de Janeiro pode aumentar as divisões socioespaciais pré-existentes na cidade e criar novas articulações entre o Estado, o mercado imobiliário e o cotidiano das favelas “pacificadas”. Nas áreas da cidade fora dos anéis olímpicos, que não contam com UPP, o panorama da segurança pública continua como antes, permanecendo o controle desses território sob o comando do tráfico organizado ou das milícias.

Durante a Copa das Confederações, em 2013, a polícia militar agiu contra as inúmeras manifestações e manifestantes com uma violência desproporcional e exagerada em todo o país, mostrando o

seu completo despreparo para lidar com a sociedade civil. Ao mesmo tempo, o governo federal aumentou suas despesas em segurança pública voltadas para os grandes eventos de R\$ 451,4 milhões, em 2012, para R\$ 707 milhões, em 2013. Em 2014, a previsão é de que o programa das UPPs custe R\$1 bilhão aos cofres do estado do Rio de Janeiro e que as despesas do governo federal em segurança pública para a Copa do Mundo sejam da ordem de R\$ 1,9 bilhões. A maior parte das despesas previstas se referem a aquisição de armamentos e a contratação de agentes de segurança.

Outro aspecto que deve ser mencionado diz respeito ao aumento do mercado privado de segurança com a chegada dos megaeventos esportivos. Estima-se que serão abertos mais de 60 mil vagas para agentes privados até 2016 (KONCHINSKI, 2012). A tendência é que esses agentes portem armas letais. Trata-se da implantação de um regime ostensivo de segurança na cidade, onde os espaços de convivência pública são cada vez mais lugares de violência em potencial. Com essa conjunção de fatores, assiste-se também a um aumento exponencial no uso de tecnologia, envolvendo câmeras e robôs, aviões não-tripulados (AVNTs ou drones) e a coordenação nacional e internacional, através de mecanismos de controle concentrado em centros de alta tecnologia (RITTO, 2013).

Os grandes investimentos em segurança pública não estão sendo acompanhados por um equivalente investimento em treinamento ou por um processo de desmilitarização. A tendência, no contexto dos megaeventos, é consolidar o modelo de segurança pública preexistente, dando mais capacidade de ação, armamento e liberdade de atuação para garantir o controle do espaço público e a realização dos eventos (GIULIANOTTI e KLAUSER 2011). No caso do Rio de Janeiro, percebe-se a consolidação de um regime de segurança militarizado, armando-se a Guarda Civil e expandindo-se os mecanismos remotos de vigilância e controle do espaço urbano. Tudo isso ocorre dentro do contexto metropolitano, onde ainda se encontram grandes territórios que existem fora do controle do estado e grandes desequilíbrios entre os municípios e áreas intra-municipais em termos de segurança pública. Os grandes eventos esportivos parecem estar aumentando essas disparidades e deixando uma cidade mais fragmentada e militarizada.

Considerações Finais: o Projeto Olímpico e a governança empreendedorista neoliberal no Rio de Janeiro

A falta de transparência no que diz respeito aos gastos públicos é uma característica marcante da gestão municipal no contexto das intervenções vinculadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas. As páginas eletrônicas criadas na Internet¹⁶ aparentam estar mais preocupadas com a divulgação e propaganda das ações promovidas e em criar uma imagem de transparência, do que propriamente fornecer informações relevantes para a monitoramento e compreensão das intervenções em curso. As principais informações disponibilizadas se referem à legislação pertinente e ao investimento previsto em alguns dos principais projetos da prefeitura. Mas as informações relacionadas aos projetos são insuficientes, pois são resumidas em dados gerais, sem um detalhamento mais preciso envolvendo: as áreas exatas ocupadas pela nova infraestrutura (traçados detalhados dos BRTs, por exemplo), contrapartida do poder público no caso das parcerias público-privadas (PPPs), contratos realizados com as empresas responsáveis pelas obras, número de desapropriações e remoções já efetuadas e previstas, identificação dos atingidos, valores detalhados dos gastos com indenizações, justificativas para as ações, etc.

A ausência de transparência é acompanhada da inexistência de espaços públicos de participação social nos arranjos institucionais criados. Estes, em linhas gerais, podem ser caracterizadas de acordo com o grau de influência que exercem sobre os processos decisórios relacionados aos investimentos vinculados à preparação da cidade para receber a Copa do Mundo e as Olimpíadas. De fato, pelo fato da Olimpíadas se constituir em um evento de maiores proporções, o poder municipal tem como meta central a preparação da cidade para este acontecimento, concebendo a Copa do Mundo como uma etapa preparatória deste evento.

No âmbito nacional, o Comitê Organizador Local da Copa se constitui no principal interlocutor da FIFA; e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de 2016 (COJO) são os principais interlocutores não-governamentais do COI - Comitê Olímpico Internacional, estando suas responsabilidades concentradas

¹⁶ No caso do Rio de Janeiro, a principal página eletrônica da Prefeitura relacionada às intervenções do Projeto Olímpico é <www.transparenciaolimpica.com.br>.

na organização da competição em si, sobretudo no que tange às estruturas internas das arenas esportivas e à viabilização logística para atletas, imprensa e demais atores envolvidos. Apesar de terem um papel fundamental, essas entidades nacionais dependem fundamentalmente do poder público para cumprirem com suas funções executivas.

Assim, de fato, o Governo do Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro são as principais autoridades públicas responsáveis por garantir a realização dos dois megaeventos na Cidade do Rio de Janeiro, e portanto, se constituem em última instância, os principais interlocutores políticos das entidades internacionais, a FIFA e COI. Além disso, são esses dois governos os responsáveis em definir as leis e as obras relativas ao plano de políticas públicas, o chamado legado da Copa e das Olimpíadas. Tanto o governo estadual como o governo municipal elaboraram e aprovaram leis relativas aos eventos em discussão.

No dia 19 de dezembro de 2012 foi aprovada, pelo Governo do Estado, a Lei nº 6363, que dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações e à Copa do Mundo FIFA 2014, mais conhecida como a Lei da Copa. De início, vale destacar que, conforme as suas disposições transitórias, as disposições aplicáveis à FIFA, Comitê Organizador Brasileiro – COL, Confederação Brasileira de Futebol – CBF e suas subsidiárias, são extensivas à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, aos Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, Comitê Olímpico Internacional – COI, Comitê Paraolímpico Internacional, Comitê Olímpico Brasileiro – COB, Comitê Paraolímpico Brasileiro e suas subsidiárias. Nesse sentido, o mais correto seria chamar essa lei de Lei da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Em sintonia com a Lei da Copa aprovada no âmbito federal, a Lei da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro pode ser considerada a expressão de um certo padrão de intervenção do poder público, marcado pelo autoritarismo e pela exceção. Em geral, são medidas que criam exceções em relação a lei vigente no Estado e transferem para a FIFA, o COI e suas subsidiárias, o poder de gestão dos espaços públicos direta ou indiretamente afetados pela realização desses megaeventos. Em especial cabe destacar os seguintes aspectos desta lei:

Nos locais oficiais de competição, não se aplicam as normas estaduais relativas à divulgação de marcas, distribuição, venda, publicidade ou propaganda de produtos e serviços, ou comércio de alimentos e bebidas, em área contida por um perímetro de 1.000 metros, contados

a partir da face externa da murada do Maracanã. De forma explícita, a lei diz que não tem validade a restrição ao consumo de bebidas alcoólicas no estádio. As normas, regras e critérios relacionados a esses temas serão definidas exclusivamente pela FIFA. Nessa perspectiva, a lei autoriza o poder público a impor restrições às atividades econômicas que funcionam no perímetro de 1.000 metros a partir da face externa do Maracanã. A medida não apenas cria uma exceção em relação à legislação brasileira, mas também transfere à FIFA e ao COI o poder de legislar, tendo em vista que essas instituições passam a ter a competência de regulamentar um conjunto de atividades econômicas em uma área abrangente na qual está situado o estádio.

A FIFA e o COI ficam isentos de quaisquer taxas estaduais em decorrência da prestação de serviços, e de todas as taxas cobradas pelo Estado para a concessão de autorizações, licenças e alvarás necessários para o exercício de atividades comerciais no interior do Estado. De fato, o cálculo dos investimentos públicos na Copa e nas Olimpíadas também deveria incorporar uma estimativa em torno da renúncia fiscal, expressa nas isenções de impostos e taxas concedidos pelo Poder Público à FIFA, COI e suas subsidiárias. No caso do Rio de Janeiro, além do privilégio do monopólio das atividades comerciais nas áreas de exclusividade, a FIFA e o COI estão isentas de todas as taxas cobradas pelo Estado dos demais comerciantes e prestadores de serviços.

Por fim, até o calendário escolar foi alterado de forma a garantir que o período de férias escolares, das entidades públicas e particulares, coincida com o período da realização dos jogos da Copa do Mundo e das Olimpíadas, com a justificativa de facilitar o deslocamento de atletas, espectadores e demais participantes. A subordinação do poder público aos interesses privados fica ainda mais evidente na alteração do calendário escolar. É interessante notar que a definição das férias nesse período não tem o objetivo de permitir o acompanhamento do jogos pelos estudantes, mas liberar o trânsito para a FIFA e o COI.

No âmbito do município também foram instituídas leis excepcionalizando as normas existentes, através da emissão de três decretos pela Prefeitura Municipal (todos de 11 de março de 2014). O primeiro (n.º 38365) decreta feriado municipal nos dias 18 e 25 de junho, a partir do meio dia, e no dia 04 de julho de 2014, tendo em vista a realização dos jogos da Copa do Mundo na cidade, nestes dias. O segundo (n.º 38366) revoga todas as autorizações concedidas para a realização

de eventos na cidade, entre 22 de maio e 18 de julho de 2014, correspondente a Copa Mundo FIFA Brasil 2014, de forma garantir a exclusividade da sua realização neste período. Por fim, o último decreto (nº 38367), reforça a lei estadual, e cria a área exclusiva para a prática de atividades comerciais e de publicidade pela FIFA e por pessoas ou entidades por ela indicadas, correspondente ao raio de um quilômetro a partir do Estádio Maracanã, durante a Copa Mundo FIFA Brasil 2014, em que o direito de conduzir atividades comerciais fica restrito à FIFA e às pessoas ou entidades por ela indicadas.¹⁷

Em síntese, esse conjunto de medidas expressa um padrão de intervenção do poder público (i) autoritário, na medida em que adota decisões que não resultam de um debate democrático com as organizações sociais e com a sociedade em geral; (ii) de exceção, tendo em vista que as regras estabelecidas claramente contrariam a legislação existente, aplicada para cidadãos brasileiros e fluminenses; (iii) subordinado aos interesses privados, o que se expressa na criação de áreas comerciais exclusivas para a FIFA, restringindo o espaço público.

A partir da análise esboçada neste artigo, pode-se afirmar que a importância da Copa do Mundo e das Olimpíadas estaria vinculada ao processo de reestruturação da dinâmica urbana na Cidade do Rio de Janeiro, legitimado e possibilitado pelo discurso em torno das oportunidades de desenvolvimento econômico e do legado que estes eventos poderiam deixar. Neste sentido, cabe ainda registrar duas questões que emergem desta análise.

Em primeiro lugar, tendo em vista o montante de recursos e os impactos das intervenções na cidade, chama atenção o fato das decisões relativas a esses investimentos não passarem por uma ampla discussão democrática, envolvendo todos os segmentos sociais, colocando em pauta o projeto de cidade que está construído. Nesse sentido, o projeto Olímpico do Rio de Janeiro, não obstante eventuais efeitos pontuais positivos, expressa um padrão de intervenção pública que carece de legitimidade democrática, contrariando as diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001) que, no seu segundo artigo, estabelece o direito à participação da população na definição de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

¹⁷ O decreto assegura a continuidade das atividades comerciais dos estabelecimentos já existentes e regularmente instalados na área restrita, desde que tais atividades sejam praticadas de acordo com o seu uso antes da Copa,

Em segundo lugar, como pode ser observado, os investimentos previstos e em curso estão concentrados em algumas áreas da cidade, notadamente na Barra da Tijuca, na Zona Sul e no Centro do Rio de Janeiro, indicando a subordinação das decisões relativas aos grandes interesses imobiliários e econômicos. Ou seja, para além do propagado legado social do projeto para a cidade, percebe-se que existem certos agentes que são mais beneficiados por esses investimentos. De fato, a própria ideia de legado parece legitimar um projeto que parece caminhar na direção de uma cidade mais desigual socialmente, sobretudo quando considera-se a dimensão metropolitana.

Em síntese, há claros indícios de que as profundas transformações em curso na dinâmica urbana da Cidade do Rio de Janeiro envolvem, de um lado, novos processos de mercantilização da cidade, e de outro, novos padrões de relação entre o poder público e o setor privado, caracterizados pela subordinação do poder público aos agentes do mercado.

Referências Bibliográficas

- ABREU, M. A. *Evolução Urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2010.
- ASHCROFT, Patrick. 2014. “História Da Polícia Militar Do Rio de Janeiro Parte I: Primórdios Do Século XIX.” Rio on Watch. <http://riononwatch.org.br/?p=10231>.
- Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, maio de 2013. Disponível em <http://comitepopulario.wordpress.com/2013/05/15/baixe-agora-dossie-megaeventos-e-violacoes-de-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro-2a-edicao-revisada-e-atualizada/>. Acessado em fevereiro de 2014.
- EICK, Volker. “Secure Our Profits!” The FIFATM in Germany 2006.” In: Colin Bennett and Kevin Haggerty (eds.), *Security Games. Surveillance and Control at Mega-Events*. New York: Routledge: 2011, p. 87–102.
- GAFFNEY, Christopher. *Temples of the Earthbound Gods: stadiums in the cultural landscapes of Rio de Janeiro and Buenos Aires*. Austin: University of Texas Press. 2008.
- _____. Securing the Olympic City. *Georgetown. Journal of International Affairs*, 75-82. Summer/Fall 2012.
- GIULIANOTTI, Richard; KLAUSER, Francisco. 2011. “Introduction: Secu-

urity and Surveillance at Sport Mega Events.” *Urban Studies* 48: 3157–68.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2005a

KONCHINSKI, Vinicius. “Copa Do Mundo Deve Empregar 60 Mil Seguranças; Saiba Como Conseguir Uma Vaga.” *UOL Copa Do Mundo* 2014. 19 Junho 2012. <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/06/19/copa-do-mundo-deve-empregar-60-mil-seguranças-saiba-como-conseguir-uma-vaga.htm>. Acessado em 20 Abril 2013.

RIBEIRO, A. A cidade do Rio de Janeiro: lembrando a jangada de pedra, de Saramago. In: PIQUET, R. *Rio de Janeiro: perfis de uma metrópole em mutação*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2000.

RITTO, Cecilia. 2013. “Segurança Da JMJ Terá Supercâmeras E Tropa de 10.000 Policiais.” August 7. <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/seguranca-da-jmj-tera-supercameras-e-tropa-de-10000-homens>. Acessado em março de 2014.

RODRIGUES, J. M. Mobilidade Urbana. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; Marcelo Gomes Ribeiro. (Org.). *IBEU - Índice de Bem-Estar Urbano*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, v. 1, p. 40-46.

SÁNCHEZ, F; BIENENSTEIN, G.; MASCARENHAS, G.; OLIVEIRA, A. Megaeventos e Metrópoles. Insumos do Pan-2007 e as perspectivas para as Olimpíadas de 2016. Em: OLIVEIRA, F. L.; CARDOSO, A. L.; COSTA, H. S. M.; VAINER, C. B. *Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Letra Capital: Rio de Janeiro, 2012.

URANI, A. Salto Qualitativo na Retomada do Desenvolvimento. *Jornal dos Economistas*. Rio de Janeiro: CORECON/RJ, 2009.

STEINBRINK, M., HAFERBURG, C., LEY, A. Festivalisation and urban renewal in the Global South: socio-spatial consequences of the 2010 FIFA World Cup. *South African Geographical Journal*. p. 15-28. Routledge, 2011.